

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 37, DE 2015

Sugere Projeto de Lei que dispõe sobre isenção do pagamento das taxas de Água e Luz para as Unidades de Saúde, Unidades Escolares, Asilos Públicos e entidades sem fins lucrativos.

Autor: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ.

Relator: Deputado LUIZ COUTO

I - RELATÓRIO

Trata-se de sugestão de projeto de lei, apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ, com o objetivo de isentar do pagamento de energia elétrica e do serviço de abastecimento de água as unidades públicas de saúde e de ensino, bem como entidades privadas sem fins lucrativos.

Consoante o expediente encaminhado pelo referido sindicato, argumenta-se que as entidades mencionadas, por não buscarem o lucro, têm maior dificuldade em arcar com as despesas

referentes aos serviços públicos de fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água.

À Comissão de Participação Legislativa cabe emitir parecer acerca desta sugestão de projeto de lei, em conformidade com o disposto nos artigos 32, XII, e 254 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A sugestão que ora apreciamos tem a finalidade de conceder isenção do pagamento pela energia elétrica e pela água consumidas por instituições sem fins lucrativos.

Quanto à isenção do pagamento pelo serviço de abastecimento de água, temos a ressaltar inicialmente que, em conformidade com o artigo 30 da Constituição Federal, pertence à esfera de competência municipal, entre outras matérias, legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, dentre eles os serviços de saneamento básico, ou seja, de fornecimento de água e coleta de esgotos.

Por sua vez, nas regiões metropolitanas, ou nos casos em que os sistemas de saneamento básico de municípios contíguos sejam total ou parcialmente interligados, ocorre frequentemente o estabelecimento de normas comuns e práticas de cooperação entre os entes públicos envolvidos, sendo corriqueira, em vários municípios, a prestação do serviço de saneamento básico por

empresa estadual. Isso acontece com base no que estabelece o § 3º do art. 25 da Carta Magna, que dispõe que “os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

Contudo, a União não atua como Poder Concedente nos contratos de concessão de nenhuma das diversas empresas prestadoras de serviços de fornecimento de água e de coleta de esgotos, em consonância com o fato de que a matéria não se insere na esfera de competência legislativa federal.

Assim, conclui-se ser constitucionalmente inviável projeto de lei federal para isentar consumidores do pagamento pela prestação dos serviços de fornecimento de água, uma vez que essa medida seria contrária ao disposto no artigo 18 da Constituição, que instituiu a autonomia dos entes da federação.

Devemos considerar ainda que, se fossem implantadas, as isenções pretendidas acabariam por provocar o aumento das tarifas pagas pelos demais consumidores, que custeariam o benefício, uma vez que o equilíbrio econômico-financeiro das concessões de serviços públicos é garantido pela Constituição Federal (art. 37, inciso XXI), pelos contratos de concessão e pelo que estabelece o artigo 35 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.

Destacamos ainda que as isenções objeto da presente sugestão, se aprovadas, desestimulariam o gerenciamento do consumo, favorecem o desperdício de água e energia elétrica, ambos recursos naturais escassos que devemos procurar preservar.

Assim, diante de todo o exposto, votamos pela rejeição da Sugestão nº 37, de 2015, e solicitamos aos nobres colegas parlamentares desta comissão que nos acompanhem no voto.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2016.

Deputado LUIZ ALBUQUERQUE COUTO
Relator